

TEMPO, VIDA E NARRATIVA

*Andressa de Freitas RIBEIRO**

RESUMO: Este artigo busca desenvolver uma discussão sobre a narratividade e a análise de narrativa, tocando em diferentes perspectivas teóricas quanto à linguagem e refletindo sobre a relação entre tempo, vida e narrativa. Para isso, o artigo se divide em quatro partes. A primeira parte apresenta uma discussão que questiona a linguagem como sistema autônomo e a coloca como condição humana. A segunda parte trata mais especificamente da narratologia, buscando compreender quais elementos caracterizam uma narrativa. A terceira parte trata da análise de narrativa ou como a narrativa pessoal pode ser utilizada pelas ciências sociais como informação no processo de pesquisa. E a quarta parte do artigo desenvolve uma reflexão filosófica sobre a relação entre narrativa, tempo e vida. Por fim, ao falar sobre o giro hermenêutico, o texto levanta o problema da verdade dos fatos e admite que o alcance do nosso pensar, já permeado pela linguagem, é sempre uma versão dos fatos erigida de um ponto de vista.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Narrativa. Tempo. Vida.

Introdução

O presente artigo pretende desenvolver uma reflexão teórica, baseada em revisão bibliográfica, sobre o tema da narrativa tanto em sentido ontológico como em sentido epistemológico. Para isso, o texto se divide em quatro partes: a primeira parte do texto se propõe a pensar sobre o status ontológico da linguagem e sobre a relação entre linguagem, condição humana e narrativa.

* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA – Brasil. 40210-730 – andressa.antropologia@gmail.com

A segunda parte consiste em uma reflexão sobre a narratologia enquanto campo de estudo da narrativa. Nesta parte do texto, desenvolvo um panorama histórico sobre o ato de narrar e a narrativa. Desde Platão, Aristóteles e Lévi-Strauss até o surgimento de uma nova perspectiva – a perspectiva hermenêutica – quando a tônica deixa de ser colocada nos aspectos formais do texto e passa à sua dimensão interpretativa. Mesmo enfatizando a importância da dimensão interpretativa, ela ainda aparece aqui vinculada mais a um sentido epistemológico – a interpretação como possibilidade de compreensão e análise da narrativa – do que a um sentido ontológico – a interpretação como constitutiva da narrativa.

Na terceira parte do texto, tento pensar de que forma a dimensão interpretativa da compreensão pode ser utilizada pelas ciências sociais como uma chave metodológica e epistemológica de pesquisa. Para isso, recorro a Catherine Riessman (1993) que vê na análise das narrativas pessoais uma maneira de compreender a realidade social assim como de configurar, através de um *self*, as experiências vividas. Mesmo que Riessman (1993) se proponha a estender o giro hermenêutico às ciências sociais, ela não está pensando a narrativa em seu sentido ontológico – narratividade – mas sim a narrativa em seu sentido epistemológico – a análise da narrativa – como compreensão de um saber. Ainda que enfatize a função epistemológica da narrativa – ao buscar uma possibilidade de comunicação entre os estudos denarrativa e as ciências sociais – ela não perde de vista o seu caráter ontológico quando supõe que a narrativa não só diz sobre o sujeito, mas permite a esse sujeito construir um sentido de si.

Na quarta parte do texto, desenvolvo uma reflexão que, a meu ver, atinge o nível mais profundo da narrativa, qual seja este, o seu caráter mesmo ontológico. Este caráter ontológico se manifesta tanto na realidade social e nas experiências vividas – que já contêm previamente ao texto uma dimensão narrativa – como na possibilidade de refiguração da realidade pelo impacto que o texto exerce sobre o mundo e sobre o leitor. Esse momento do texto é crucial para frisar a relação entre vida, tempo e narrativa e para extrapolar a dimensão interpretativa ao aspecto ontológico da vida, o que possibilita que a narrativa se constitua como uma narratividade.

Nesse sentido, o texto aborda tanto a dimensão epistemológica da narrativa quanto a sua dimensão ontológica. David Carr (1991) em “Epistémologie et ontologie du récit” tenta pensar de que modo a interpretação, depois de Heidegger, ganha um caráter preponderantemente ontológico – “[...] a compreensão não é simplesmente uma de nossas atividades possíveis, ela pertence a nossa maneira de ser. Ela caracteriza nosso conhecimento do mundo porque ela faz parte do nosso ser-no-mundo.” (CARR, 1991, p.208, tradução nossa). No entanto, mesmo atentando para a transformação da hermenêutica de um conceito epistemológico em ontológico,

ele afirma que “[...] a função epistemológica da interpretação permanece intacta e importante.” (CARR, 1991, p.209, tradução nossa) Assim, o caráter ontológico da narrativa não oblitera a sua função epistemológica, ao contrário, serve como alicerce sob o qual a função epistemológica pode emergir. É nesse sentido que o texto se permite transitar entre a função epistemológica e o caráter ontológico da narrativa, não como aspectos mutuamente excludentes, mas, em alguma medida, complementares.

A linguagem como condição humana

Antes de entrar na reflexão sobre narrativa propriamente dita, gostaria de iniciar o artigo com uma reflexão sobre a linguagem. Entendo que pensar a linguagem já é mesmo pensar a narrativa, tendo em vista que a narrativa se trata da configuração de uma trama que se dá através da linguagem, seja ela escrita ou oral. Para Gadamer (2002), o homem é antes de tudo um ser de linguagem. A linguagem, nesse sentido, não é um instrumento ou uma ferramenta da qual o homem se utiliza e depois de prestado seu serviço se desfaz ou joga fora. Essa percepção da linguagem como um instrumento pressupõe, antes de tudo, uma exterioridade da linguagem em relação ao homem, como algo que está fora de mim e, por isso mesmo, eu posso me apossar. No entanto, Gadamer (2002, p.176) diz que:

Esse tipo de analogia é falso porque jamais nos encontramos como consciência diante do mundo para num estado desprovido de linguagem lançarmos mão do instrumental do entendimento. Pelo contrário em todo conhecimento de nós mesmos e do mundo, sempre já fomos tomados pela própria linguagem. É aprendendo a falar que crescemos, conhecemos o mundo, conhecemos a pessoa e, por fim, conhecemos a nós próprios. Aprender a falar não significa ser introduzido na arte de designar o mundo que nos é familiar e conhecido pelo uso de instrumento já dado, mas conquistar a familiaridade e o conhecimento do próprio mundo, assim como ele se nos apresenta.

A linguagem, nesse sentido, constitui a nossa própria existência. Não existe ser humano para além ou para alguém da linguagem. A linguagem é o elemento fundante da nossa existência. Tanto é que o grande paradoxo de pensar a linguagem está no fato de que todo pensar sobre a linguagem já foi sempre alcançado pela linguagem, assim nunca podemos alcançar a totalidade do ser da linguagem de uma maneira objetificada, porque o pensamento já é mesmo linguagem. Esse é, para Gadamer (2002), o enigma profundo que a linguagem impõe ao pensar.

Se, por um lado, podemos estabelecer uma coincidência entre o pensamento e a linguagem, em alguma medida, podemos estabelecer uma coincidência entre a linguagem e o nosso estar no mundo. A nossa inserção no mundo já é uma inserção na linguagem, podemos dizer, então, que a nossa inserção no mundo real é uma inserção no mundo real de linguagem. Como afirma Gadamer (2002), já estamos tão habituados e inseridos na linguagem como estamos no mundo.

A compreensão de Gadamer (2002) sobre a linguagem se apresenta com uma profunda crítica à linguística estrutural de Ferdinand de Saussure e, ao mesmo tempo, lança bases para uma profunda reflexão sobre a narrativa ou o ato de narrar. Quanto a Saussure basta pensar que o que Gadamer (2002) propõe é a ligação inevitável da linguagem com o mundo, do homem com a linguagem e deste com o mundo. Atenta, então, para a incoerência da proposta de Saussure da autonomia entre linguagem e mundo quando se quer pensar a experiência humana, pois, o verdadeiro sentido da linguagem é aquilo em que se adentra quando a ouvimos: o dito. Fica claro o contraste entre a escola estruturalista – que coloca a *parole* e o discurso como segunda categoria de importância para o entendimento da linguagem enquanto sistema – e a perspectiva da filosofia hermenêutica – que encara a linguagem como nossa existência no mundo.

A reflexão de Gadamer (2002) sobre linguagem também lança bases para pensar a narrativa como condição ontológica – a indissociação entre linguagem e experiência e, ao mesmo tempo, a indissociação entre *self* e narrativa. Mas, antes de entrar nessa seara, gostaria de fazer uma recapitulação da história dos estudos e análise de narrativas.

A narratologia, o giro hermenêutico e a análise do texto narrativo

A narrativa ou o ato de narrar, de contar uma história, sempre esteve presente desde que a humanidade é humanidade. Assim, desde Platão já havia uma preocupação em pensar a essência da linguagem humana. Manfredo Araújo de Oliveira (1996) coloca como Platão tentou se posicionar entre duas tendências: o naturalismo e o convencionalismo. O naturalismo pressupunha que cada coisa tem nome por natureza e o convencionalismo pressupunha que a significação é fruto da convenção e do uso da linguagem. Percebe-se por essa antinomia uma separação prévia entre o mundo das coisas e o mundo da linguagem. Só se cai nessa questão – ou a linguagem representa as coisas ou ela é mera convenção – na medida em que se pressupõe a separação entre mundo real e linguagem. Mas, Platão tenta se posicionar diante dessa antinomia afirmando que a linguagem apresenta não a imitação do tom e das formas das coisas, mas de seu próprio ser.

As palavras apresentam, então, a essência das coisas. Percebe-se que Platão se encontra aqui dentro de um pensamento objetivista, para o qual as coisas possuem qualidades em si mesmas. Segundo Oliveira (1996), Aristóteles, por sua vez, dá um passo adiante na medida em que acentua a mediação linguística para o acesso ao ser. Apesar de ainda manter a ideia de um acesso à verdade e ao real em contraposição aos sofistas que viam no discurso apenas a possibilidade de persuasão.

Bem mais tarde, no século XX, é publicado em 1928 o livro *Morfologia do Conto Maravilhoso*, do autor russo Vladimir I. Propp, que servirá de base para a análise estrutural narrativa. Ao analisar uma diversidade de contos maravilhosos, Propp percebe que apesar das diferenças entre os contos, esses contos se desenrolam através de uma mesma estrutura. Mudam-se os personagens, mudam-se os contextos, mas as funções e, nesse sentido, a trama permanecem as mesmas, ancoradas em tipos de ações que se repetem. Lévi-Strauss (1984) chega a afirmar que o desenvolvimento da lógica propperiana levaria a pressuposição de um único arquétipo de conto (uma estrutura) que sustentaria todas as variações do conto na sua manifestação concreta. Lévi-Strauss (1984) critica Propp ao afirmar que este não estabeleceu a relação necessária entre forma e conteúdo para que se apresentasse como possível a investigação da expressão concreta dos contos e propõe uma espécie de estrutura estruturante e estruturada que permita uma relação mais afim entre forma e conteúdo. Apesar da crítica a Propp, Lévi-Strauss e toda a análise estruturalista da narrativa se inspiram na escola formalista russa e nos pressupostos levantados por Vladimir I. Propp.

Em 1969 Tzvetan Todorov, na tentativa de legitimar um campo de estudo científico referente à narrativa, cunha o termo *narratologia*, ainda, até antes de 1970, fundada na descrição dos fatos estruturais, sustentada na perspectiva da semiótica, que favorecia a importância do texto na sua realidade formal e sua autonomia enquanto sistema em relação ao mundo (ADAM; REVEZ, 1997). A partir do final da década de 1970 surge uma nova perspectiva, a saber, a filosofia hermenêutica. A tônica deixa de ser nos aspectos formais do texto e passa para a sua dimensão interpretativa com todas as consequências que esta virada possa vir a ter. A hermenêutica ganha, aqui, um papel fundamental. A análise do tema da narrativa (mais tarde concebida por Paul Ricoeur como *narratividade*) ganhará outra dimensão, extrapolará as fronteiras do texto enquanto entidade autônoma para compreendê-lo na sua referência ao mundo, na sua relação com a pré-compreensão prática da vida e, ao mesmo tempo, com a sua audiência, com o leitor. É a partir dessa perspectiva que apresentarei uma breve descrição da narrativa e depois tentarei retirar as implicações epistemológicas dessa virada linguística.

Adam e Revez (1997) definem alguns traços e componentes da narrativa. A narrativa é, em primeiro lugar, representações de ações e mais do que a imitação ou cópia de ações preexistentes trata-se de uma transposição da ação humana no e pelo texto. É importante distinguir aqui a diferença de ações e acontecimentos. A ação caracteriza-se pela presença de um agente, enquanto o acontecimento advém sob o efeito de causas, sem o efeito intencional de um agente. A diferença entre ação e acontecimento leva-nos também a conceber a diferença entre causa e motivo. O motivo está para a ação, ou seja, é aquilo que leva um agente a agir, e a causa está para o evento; a causa é independente e exterior ao agente. No entanto, essas fronteiras não são intransponíveis, uma mesma ação pode ser ao mesmo tempo motivada por uma razão de agir e causada por um constrangimento exterior. Numa narrativa, o herói é precisamente aquele que tem um motivo para agir e um objetivo a atingir.

Em uma narrativa é necessário mobilizar o mundo, quer dizer, é preciso situar os fatos (O quê) num lugar (onde?) e num tempo (Quando?) e dotar os indivíduos (Quem?) de certo número de características. Para a narrativa é imprescindível a descrição. A construção do universo diegético passa necessariamente pela descrição. Além disso, a descrição serve para manusear o tempo da narrativa. Se por um lado, a narrativa possui uma natureza dinâmica, da ordem dos fatos que são passageiros e sucessivos, a descrição na narrativa possui uma natureza estática, da ordem dos fatos que são permanentes e simultâneos. Assim, é possível atrasar ou acelerar o ritmo da narrativa lançando mão do recurso descritivo.

Em um texto as ações não se encadeiam ao acaso, elas seguem leis e normas que podem ser chamados de *script*. Todo texto narrativo, também, demanda uma unidade de ação. Não é a mera sucessão das ações que forma um todo, é preciso mais do que a cronologia para que o texto adquira coerência e sentido. O tempo é um constituinte necessário, mas não suficiente, para definir um texto como uma narrativa. É preciso a constituição de uma trama narrativa, de uma intriga. A temporalidade se dá não só no âmbito da narração, mas também no âmbito do narrado. A ação também possui uma unidade e uma temporalidade, deste modo, é preciso coadunar a temporalidade da ação e da enunciação.

A oposição entre uma situação inicial e uma situação final constitui um critério de definição do narrativo (ADAM; REVEZ, 1997). Essa transformação da situação inicial e o surgimento da situação final são possibilitados pela existência da trama narrativa. A trama narrativa é constituída pelo par nó-desenlace (ou peripécia e reconhecimento), o nó se apresenta geralmente como uma situação problemática e o desenlace como desatar dessa situação. Geralmente o par nó-desenlace é permeado por uma tensão dramática, que possui apenas valor semântico (não ocupa um lugar definitivo na narrativa).

Um texto narrativo é uma estrutura hierárquica complexa que compreende um determinado número de sequências. Essas sequências podem se combinar de diferentes maneiras, seja por encadeamento-adição, alternância-entrelaçamento, encaixe-engaste. A análise do texto narrativo não se resume apenas aos seus elementos textuais, mas também aos extratextuais como, por exemplo, a questão do autor e do leitor ou audiência. Muitas vezes a voz que se escuta em um livro não é a do autor, mas a do narrador, visto que a obra não necessariamente diz sobre uma subjetividade criadora que está fora dela – o autor. E a história é contada pelo narrador, que pode ser um personagem imbricado na trama ou fora dela, ou pode se confundir com autor (ADAM; REVEZ, 1997). Por vezes, cabe a pergunta: quem é o produtor da narrativa? Se a unidade do produtor é problemática, também o é a unidade do leitor. O autor quando narra fica reduzido a imaginar um leitor que pode ser qualquer um que tenha a capacidade de ler. A imaginação de uma audiência ou a criação de um leitor modelizado é necessária ao autor para que ele possa ajustar suas próprias palavras, mas esse leitor, essa audiência, é um horizonte em aberto (RICOEUR, 1976).

A análise de narrativa nas Ciências Sociais através do relato em primeira pessoa

Outra consideração importante sobre a análise de narrativas, em um campo diferente da análise de Adam e Revez (1997), é a de Catherine Kohler Riessman (1993) sobre a análise da narrativa pessoal como informação no processo de pesquisa. Seu interesse é especificamente os relatos em primeira pessoa como resposta à experiência vivida. Para Riessman (1993), a narrativa não se limita a nenhum campo do conhecimento específico. Os estudos narrativos possuem por sua natureza um caráter interdisciplinar e esses estudos estenderam às ciências sociais o giro interpretativo. Riessman (1993) ainda afirma que o objeto próprio da análise de narrativa são as próprias histórias.

Em seu livro *Narrative analysis*, Riessman (1993) propõe-nos ver como os entrevistados ordenam o fluxo da experiência para fazer sentido às ações e eventos de suas vidas. A abordagem metodológica examina como as histórias dos informantes utilizam tanto os recursos culturais quanto os linguísticos para criar um discurso capaz de persuadir o ouvinte de sua autenticidade. A análise de narrativa estuda, assim, não apenas o conteúdo a que a língua se refere, mas a abertura para as formas de contar da experiência. A pergunta é: como as histórias são contadas ou por que as histórias são contadas dessa maneira [ou por que histórias são contadas]?

Riessman (1993) chama atenção para a diferença entre os estudos narrativos e algumas pesquisas qualitativas desenvolvidas na sociologia que pretendem dar voz aos seus informantes. Ela afirma que não se pode dar voz, mas ouvir vozes, gravá-las e interpretá-las. A autora também diferencia os estudos narrativos dos métodos etnográficos que incorporam os relatos em primeira pessoa. A etnografia, muitas vezes, se propõe a alcançar a realidade dos fatos, a dar uma descrição realista das coisas, nesse sentido, ela se diferencia de outras ciências descritivas apenas no formato. São os eventos e não as histórias que os informantes criam sobre eles que comandam a atenção de muitos etnógrafos. A análise narrativa proposta por Riessman (1993, p.5) é cética à possibilidade de alcançar a verdade, porque a linguagem é entendida como profundamente constitutiva da realidade, não simplesmente um recurso técnico para criar significado: “As estórias dos informantes não miram o mundo lá fora. Elas são construídas, criativamente autorais e retóricas, repleta de suposições e interpretações [...]”. Os estudos narrativos até se inspiram em alguma medida nos estudos qualitativos e etnográficos, mas se distinguem, sobretudo, por seu salto interpretativo. A interpretação é um ponto fundamental na análise de narrativas e perpassa todas as etapas de investigação propostas por Riessman (1993).

Como o investigador nunca tem um acesso direto à experiência do outro, ele lida com representações ambíguas dessa experiência – a fala, o texto, a interação e a interpretação. Assim, Riessman (1993) compõe esse acesso ambíguo à experiência do outro, através da análise de narrativas, em cinco momentos: o viver a experiência (*attending to experience*), o contar a experiência (*telling about experience*), o transcrever a experiência (*transcribing experience*), o analisar a experiência (*analyzing experience*) e a leitura da experiência (*reading experience*). Em todos esses momentos existe a dimensão da interpretação.

Reissman (1993) levanta muitas questões no que diz respeito a narrativas, mas que se referem à epistemologia e à própria ciência. Uma das questões é que toda representação da experiência são como retratos limitados. Além disso, o significado é sempre ambíguo porque ele emerge do processo de interação entre as pessoas: o ser, o narrador, o gravador, o analista e o leitor. O caráter ambíguo do significado nos permite assumir que a verdade é, ela mesma, uma questão de interpretação. Isso coloca em cheque toda a ciência positivista que concebe a existência de um mundo objetivo e fora dele a linguagem. A linguagem é, nessa perspectiva, uma espécie de ferramenta da qual o cientista pode fazer uso para revelar o mundo das coisas, que possui uma realidade em si. Como Gadamer (2002) diz, a realidade é já linguagem, o homem na relação com o mundo e o mundo na relação com o homem é desde sempre linguagem. Daí o caráter interpretativo da ciência e da própria verdade. De algum modo, Reissman (1993) atenta para isso ao afirmar o caráter ambíguo do significado.

Outra questão que Reissman (1993) levanta é que a narrativa não conta sobre as ações passadas, mas sobre como os indivíduos entendem aquelas ações. As tramas variam em tipos: tragédia, comédia, romance e sátira. Os indivíduos colocam suas vidas ordinárias dentro dessas formas arquetípicas. O narrador indica em que termos ele quer ser interpretado pelo estilo de contar que ele escolhe. Além disso, o narrador tem um problema fundamental: como convencer sua audiência que não estava lá que alguma coisa aconteceu. A linguagem não é uma mera descrição, não é uma tentativa de dizer as pessoas como as coisas são, mas é uma tentativa, também, de mobilizar as pessoas. Mais uma vez, Reissman (1993) atenta aqui para a questão da verdade, ao dizer que não existe **a verdade**, mas o que existe são versões e interpretações do mundo.

Estudiosos da análise de narrativa abordam a questão da verdade de modos diferentes. Alguns assumem que a linguagem representa a realidade: as proposições narrativas capturam a experiência na mesma ordem que os eventos originais. Outros, influenciados pela fenomenologia, tomam a posição de que a narrativa constitui a realidade: é falando que nós tornamos reais os fenômenos no fluxo da consciência. Ainda outros, se interessam no aspecto persuasivo da linguagem, argumentam que os narradores inscrevem nas suas histórias suas ideologias e interesses. Para Riessman (1993, p.22, tradução nossa), no entanto:

Narrativas são interpretações e, em retorno, requerem interpretações: elas não falam por elas mesmas ou promovem um acesso direto a outro tempo, espaço ou cultura. Nossas interpretações analíticas são parciais, verdades alternativas que apontam para uma credibilidade, não uma certeza; para o alargamento do entendimento, mais do que um controle sobre os fatos.

Se a narrativa está no campo da interpretação, então, pode-se levantar a questão de como validar uma narrativa ou se, por exemplo, pode existir uma narrativa melhor que outra. Para Riessman (1993), uma narrativa pessoal não deve ser lida como um relato exato do que aconteceu, nem como um espelho do mundo lá fora. A verdade de um relato individual não é a primeira questão. “Narrativas assumem pontos de vista. Fatos são produzidos num processo interpretativo. Fatos e interpretações requerem e moldam um ao outro.” (RIESSMAN, 1993, p.64, tradução nossa). É sempre possível narrar o mesmo evento de formas diferentes, a depender dos valores e interesses do narrador.

Não existe razão para assumir que uma narrativa individual será ou deve ser consistente de um momento para outro. Cada relato torna presente uma possibilidade de versão da ação em questão. A ideia de narrativa invoca a inevitabilidade de descrições alternativas. (RIESSMAN, 1993, p.65).

Ao pensar sobre os relatos pessoais, Riessman (1993) reflete, ao mesmo tempo, sobre uma série de questões relevantes em termos epistemológicos e científicos. Suas reflexões não se reduzem aos relatos pessoais, mas cabem mesmo para pensar a análise de narrativa como uma nova possibilidade de conhecimento e de fazer ciência. Pensar na narrativa como uma fonte de informação válida e possível nessa perspectiva é, de algum modo, validar a própria hermenêutica como fonte válida de conhecimento. Quando se propõe outra ideia de verdade, outra ideia de linguagem e outra ideia de fato, se questiona mesmo os alicerces canônicos das ciências.

Vida, tempo e narrativa

Pensar na narrativa é inevitavelmente pensar na relação com o tempo e mesmo na relação com a vida, porque a dimensão de temporalidade antes de estar configurada nos textos ela está presente na vida, nas nossas ações e experiências. Assim, o ato de narrar não é uma criação independente dos fenômenos da vida, nem é uma imposição violenta e artificial ao ritmo da vida, ao contrário, é como uma melodia que se toca em consonância com o esforço de coerência e sentido demandado pela experiência de estar vivo no mundo. Em *Tempo e narrativa I*, Ricoeur (1994, p.85) deixa bem claro essa relação entre narrativa, tempo e vida, quando diz que:

[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.

Ao pensar a narrativa e ao relacioná-la com o tempo e com a experiência prática, Ricoeur propõe a seguinte tese:

Minha tese é que o próprio sentido da operação da configuração constitutiva da tessitura da intriga resulta de sua posição intermediária entre as duas operações que chamo de mimese I e mimese III e constituem o montante e a jusante da mimese II. Ao fazer isso, proponho-me a mostrar que mimese II extrai sua inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração. (RICOEUR, 1994, p.86).

Ricoeur (1994) pensa a configuração do texto como uma transfiguração da experiência prática, “do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer”, em texto e obra, direcionada, por um ator, a um leitor que, ao ter contato com a obra, muda seu agir e abre seu horizonte para novos horizontes. Aqui, percebe-se a diferença que existe, por um lado, entre a perspectiva semiótica que só considera as leis internas da obra literária e concentra-se em uma abstração forçada da mimese II, por outro lado, a perspectiva hermenêutica que percebe o texto como uma relação entre mundos.

A mimese I, para Ricoeur (1994), o mundo da ação, o mundo prático, guarda uma pré-figuração ou uma temporalidade. Se a intriga é uma imitação da ação, então, é necessário identificar na ação uma semântica ou uma significação articulada assim como suas mediações simbólicas. O campo da ação é diferente do campo do movimento físico exatamente pelo fato de pertencer a uma trama conceitual. A ação não é só interpretada na tessitura da intriga, ela já é em si interpretante, no sentido de que é simbolicamente mediatizada. A ação também pressupõe um agente e esse agente tem seus motivos para agir. Todos esses componentes da ação e da compreensão prática servem de ancoradouros para a compreensão narrativa. A narrativa pressupõe, da parte do narrador e do seu auditório, uma familiaridade com termos tais como agente, fim, meio, circunstância, termos que já estão presentes na compreensão prática do mundo.

Para Ricoeur (1994), existe ainda uma dupla relação entre a inteligência narrativa e a inteligência prática. Como a inteligência prática situa-se em uma ordem paradigmática e a inteligência narrativa em uma ordem sintagmática, a passagem de uma para outra dota a ação de integração e atualidade. Termos que só tinham um significado virtual adquirem sentido quando encadeados na trama sequencial da intriga, por outro lado, termos tão heterogêneos como agentes, motivos e circunstâncias são tornados compatíveis e passam a operar em totalidades temporais efetivas. Assim, a passagem da inteligência prática para a inteligência narrativa constitui uma relação de pressuposição, mas também uma relação de transformação.

Outro passo da pré-compreensão da ação refere-se aos seus caracteres temporais. Os caracteres temporais da ação levam a ideia de uma pré-narrativa da experiência temporal, é como se, de algum modo, a própria ação já pedisse uma narrativa. Muitas vezes as ações dos agentes estão organizadas temporalmente em termos de projetos e o projeto diz respeito ao futuro. No entanto, é possível perceber uma circularidade entre as perspectivas de passado, presente e futuro, localizando-as não como uma mera sequência dos fatos, quando, por exemplo, percebe-se o estreito parentesco entre a motivação e aptidão para mobilizar no presente a experiência herdada do passado na tentativa de realização de um projeto futuro. Assim, presente, passado e futuro estão interconectados em uma trama. Ao comentar a perspectiva de Agostinho sobre o tempo Ricoeur (1994, p.96) diz:

Dizendo que não há um tempo futuro, um tempo passado e um tempo presente, mas um tríptico presente, um presente das coisas futuras, um presente das coisas passadas e um presente das coisas presentes, Agostinho pôs-nos no caminho de uma investigação sobre a estrutura temporal mais primitiva da ação.

Assim, mesmo a temporalidade da narrativa, em alguma medida, é inspirada na temporalidade da ação e, por que não, na temporalidade da própria vida. Vê-se aqui, pela explicitação da mimese I, uma relação íntima entre texto e vida, entre compreensão prática e compressão narrativa. Na realidade, o texto configura uma realidade que já está figurada. A mimese II possui por sua natureza uma função de mediação entre a montante e a jusante da configuração. Essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da função de mediação. Isso porque a função de integração que a intriga opera no próprio campo textual permite que ela exerça, por consequência, uma mediação mais ampla entre a pré-compreensão e a pós-compreensão da ordem da ação de seus traços temporais. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a intriga é chave para compreensão da função da mimese II.

A intriga é mediadora por três motivos. Primeiro, porque ela extrai de uma pluralidade de acontecimentos individuais uma história considerada como um todo. “A tessitura da intriga é uma operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração.” (RICOEUR, 1994, p.103). Segundo, a tessitura da intriga compõe juntos fatores muito heterogêneos principalmente pela chave concordância-discordância que, na visão de Ricoeur, Aristóteles já utilizava para definir a intriga. É esse traço que permite a narrativa transfigurar numa ordem sintagmática os componentes do quadro paradigmático da ação. “Essa passagem do paradigmático ao sintagmático constitui a própria transição da mimese I a mimese II. É a obra da atividade da configuração.” (RICOEUR, 1994, p.103). O terceiro motivo são os caracteres temporais próprio da intriga. Se por um lado a intriga tem uma dimensão cronológica, da sucessão dos eventos, existe também uma dimensão não-cronológica que é a dimensão configurante propriamente dita, graças a qual a intriga transforma os acontecimentos em história. É esse ato configurante que fornece o sentido de todo aos acontecimentos.

A constituição de um sentido é uma das principais funções do ato configurante e é ele que dota a história da capacidade de ser seguida. Seguir uma história é assumir a conduta de uma espera diante de fatos e acontecimentos contingentes. Essa conduta de espera encontra sua realização na conclusão. Só a partir da conclusão poder-se-á ter uma perspectiva do todo. É essa capacidade de ser seguida – o sentido – que constitui a solução poética do paradoxo entre distensão-intenção. Distensão e intenção estão sempre dialogando dialeticamente através do fluxo do sentido.

A mimese II requer como complemento um terceiro estágio representativo que é a mimese III. Ricoeur (1994) diz que a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III. Assim, é no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese. A mimese III marca a intersecção entre o mundo do ouvinte e o mundo do leitor. O ato da leitura é o vetor da aptidão da intriga de modelar a experiência, é a sua possibilidade de refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga. Só quando o texto chega ao leitor e através da leitura é que ele adquire o *status* de obra, porque a sensação é fruto da conjunção do sentido e de quem sente. Assim, a escrita pede como complemento a leitura.

Mas, a mimese III não se resume aí, ela pede também uma atenção para a referência, porque o que é comunicado em uma obra é o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte. Se a obra possui seu horizonte, haja vista que a linguagem é orientada para além de si mesma – ela sabe-se ser a fim de referir-se ao ser –, o leitor também possui uma capacidade de acolhimento da obra que também se define por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo. Ricoeur (1994, p.119) afirma que:

A questão da referência assenta-se no fato de que o acontecimento completo não é apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos como são a forma e o fundo.

É pelo fato de o texto e o leitor compartilharem o horizonte aberto do mundo que eles podem, por isso, compartilhar experiências. Esse compartilhar experiências através do texto, no entanto, guarda uma dimensão de abertura na significação que não é encontrada no diálogo, porque, no diálogo presencial, a referência se torna fechada à situação, enquanto no texto, escritor e leitor não necessariamente compartilham de um mesmo campo situacional. Só essa condição ontológica de compartilhar um mundo é que permite a linguagem ser o vetor dessa comunhão de mundos e experiências distintos.

Fica claro, pela ideia de referência, que a linguagem não constitui um mundo para ela própria. Como afirma Ricoeur (1994), ela nem sequer é um mundo, é porque estamos no mundo e somos afetados por ele que temos o que falar, o que comunicar, ou melhor, experiências para serem levadas à linguagem e a partilhar. É essa intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor, possibilitada pela referência ontológica do estar no mundo, que modela a efetividade prática do texto. Esse compartilhar de horizontes afeta o leitor e age sobre ele. “O mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li,

interpretei e amei [...]” (RICOEUR, 1994, p.122). O texto volta, assim, através de uma temporalidade característica, à vida. A refiguração só é possível por causa do vínculo primordial que o texto mantém com uma vida já figurada.

Emerge da análise de Paul Ricoeur (1994) uma relação evidente entre tempo, narrativa e ação humana. A ação humana como o campo onde o tempo e a narrativa se inter cruzam. Falar de ação humana é falar também de vida. Nesse sentido, a reflexão de Ricoeur (1994) pressupõe uma relação subtendida entre vida, tempo e narrativa. Cabe, pois, através da análise de narrativa uma reflexão sobre a vida.

David Carr (1986), no Capítulo III – “The self and the Coherence of life”, de sua obra intitulada *Time, narrative and history*, faz uma relação muito profícua entre a narrativa, o *self* e a coerência da vida. Nela afirma que a estrutura narrativa perpassa todo cotidiano da vida e que a complexa estrutura narrativa representa a maneira pela qual nossas experiências e ações são organizadas sobre o tempo. A estrutura narrativa é o princípio organizativo não só das experiências e ações, mas do *self* que experimenta e age. Esta perspectiva concerne não somente às ações, mas como a vida de alguém é experimentada como um todo; concerne à natureza da existência humana individual, ao caráter e a identidade pessoal. De agora em diante, deter-me-ei em três pontos para explanar sobre a relação desenvolvida por Carr (1986) entre vida, tempo e narrativa, a saber: a coerência, noção que toma de Dilthey; a morte como o ponto final da vida, noção que provém da discussão com Heidegger; e, por fim, a vida como uma luta para construir sentidos.

Para Carr (1986), sempre que passamos por alguma experiência radical de trauma ou quase morte, nós realizamos uma profunda reflexão sobre nossas vidas. No entanto, embora a maioria de nós não experienciamos esse momento radical de quebra e revisão da vida, mas a maioria de nós está engajada em alguma forma de revisão autobiográfica, frequentemente ocasionadas pelos momentos de transição da vida. Nós estamos, continuamente, compondo e revisando nossas vidas enquanto permanecemos seguindo adiante. Este empenho cognitivo em entender os processos da vida está ligado à ideia de coerência.

Para Dilthey (apud CARR, 1986), coerência é direção e existem três categorias do pensamento relevantes para o entendimento da vida: o valor, o propósito e o significado. Essas três categorias entram em jogo de acordo com o ponto de vista adotado por alguém. O significado emerge primeiramente através da memória, como elementos que emergiram do fluxo da vida e tornaram-se parâmetro. Valores correspondem ao presente e provem a realidade ao nosso redor de um sentido positivo ou negativo. E o propósito pertence ao futuro como uma realização projetada dos nossos valores. No entanto, para Dilthey, os valores e os

propósitos não conformam padrões, são como notas que existem ao mesmo tempo, mas não conformam uma melodia, apenas a categoria do significado emerge do caos dos eventos da vida e traz a ordem. É nessa categoria que jaz a noção de desenvolvimento da vida.

A categoria de significado é então central para o entendimento do curso da vida porque ela engloba e ordena as coisas que nós valoramos e os propósitos que acreditamos. Significado, nesse sentido, é precisamente a coerência buscada pelo entendimento. (CARR, 1986, p.77, tradução nossa).

No entanto, o pensamento de Dilthey encerra um paradigma por se tratar da vida. Como o significado é sempre buscado retrospectivamente, a relação entre as partes e o todo da vida nunca é completada, porque não podemos esperar o momento da nossa morte para significar esse todo. Isso não significa que não podemos falar em uma dimensão de todo na vida, mas esse sentido de todo e de coerência só é alcançado prospectivamente, através de um ponto de vista adotado, por isso a vida está sempre por fazer-se e refazer-se. Uma visão retrospectiva-prospectiva é parte de qualquer ação ou experiência.

A questão do tempo, da vida e do significado também é uma questão para Heidegger (apud CARR, 1986) que coloca que na escala da vida ou da história de vida nós não devemos buscar o tipo de unidade interna e interconexão que nós encontramos nos elementos que compõem a vida, já que não podemos presenciar nem o nosso nascimento, nem a nossa morte. Segundo ele, para a vida individual a morte é o irrevogável fechamento, este é o significado da morte para a vida. A morte não é exatamente algo que alguém pode prever. Nós tomamos conhecimento da morte através da experiência de outros, mas minha própria morte não é algo que eu mesmo posso experimentar. A morte, por eu não saber quando ela virá, aparece para mim como uma disposição de ansiedade. Diferente do medo, a ansiedade não tem um objeto particular. O que isto revela é a facticidade da minha existência, minha breve passagem pelo mundo. Minha existência se ergue contra a possibilidade da minha não-existência. A morte é assim um chamado para minha consciência. É esse limiar que serve como paradigma para a minha história de vida. Emerge para Heidegger, então, a questão do autor. O autor não é necessariamente quem faz a história, mas aquele que é capaz de escolher, mesmo, de qual história ele participará, ou qual história sua vida ajudará a compor. A integridade de uma vida está relacionada ao chamado que a morte impõe em direção as escolhas.

Percebe-se que, tanto Heidegger ao pensar a morte, quanto Dilthey ao pensar a coerência estão, de algum modo, pensando como as pessoas constroem significados

ou dotam suas vidas de sentido. Guardadas as particularidades da experiência de uma vida, em certa medida, a vida também se configura como uma narrativa. A busca pela coerência, a busca de um sentido que possa organizar a pluralidade dos eventos em um todo, a necessidade de ultrapassar o mero suceder dos fatos mostram que o tempo adquire outra dimensão na vida que não é uma dimensão cronológica, mas a dimensão, talvez, do ato configurante de um texto.

Outros autores defendem a narrativa como a chave para o entendimento da vida individual. A vida pode ser vista como um constante esforço para manter a coerência narrativa. Viver a história individual das nossas vidas, que ordena todos os eventos heterogêneos presentes na nossa trajetória, como toda narrativa que nós conscientemente participamos, é contá-la para nós mesmos e, também, para outros, e contá-la novamente revisitando nossa história na medida em que caminhamos. A coerência de uma vida não é dada de antemão, ao contrário, ela é um constante exercício, uma constante tarefa, algumas vezes até uma luta, e quando obtém sucesso se configura como uma realização. “Experimentar, atuar, viver no sentido mais geral, é manter e se necessário restaurar a própria coerência narrativa no tempo, preservar isto contra a dissolução interna das partes que a compõem [...]” (CARR, 1986, p.96).

A reflexão de Carr (1986) mostra como a vida tem uma conexão direta com a narrativa e com o tempo. Como vimos, Ricoeur (1994) já afirmava a existência de uma estrutura pré-narrativa da experiência e perguntava se já não estamos inclinados a ver em tal encadeamento de episódios de nossas vidas histórias não ainda narradas, histórias que pedem para ser contadas. A hermenêutica radicaliza a dimensão da interpretação ao levar para a própria vida a estrutura narrativa e ao atentar, deste modo, para o fundamento ontológico da interpretação. Gadamer (2002) sinalizava para isso quando concebeu a linguagem como o centro do ser humano.

Esse giro hermenêutico ou interpretativo faz cair por terra os pressupostos das ciências positivistas e torna irrelevante, por exemplo, o questionamento em relação ao conhecimento histórico, qual seja este, se este é válido ou não, tendo em vista que seu objeto de estudo – o passado – encerra o paradoxo da verdade dos fatos. Carr (2001) no texto “Getting the story straight” havia colocado a questão: como pode a história verificar suas teorias, quando seu objeto, o passado, não pode ser verificado? O giro hermenêutico na medida em que coloca a interpretação como seu ponto fundante desestabiliza a ideia da verdade dos fatos e admite que o alcance do nosso pensar, já permeado pela linguagem, é sempre uma versão dos fatos erigida de um ponto de vista.

TIME, LIFE AND NARRATIVE

ABSTRACT: *This article aims to develop a discussion on the analysis of narratives, touching different theoretical perspectives about language and reflecting on the relationship between time, life and narrative. For the purpose of this analysis, the paper is divided in three parts. The first part presents a discussion that questions the language as an autonomous system and places it as a human condition. The second part deals more specifically with the narratology, trying to understand what elements characterize a narrative. The third part discusses the narrative analysis or how personal narrative can be used by social sciences as information on the search process. And the fourth part of the paper develops a philosophical reflection about the relationship between narrative, time and life. Finally, the text also includes a concern about the meaning of scientific work. When talking about the hermeneutic spin, the text raises the problem of the truth of facts and admits that the scope of our thinking, already permeated by the language, is always a version of facts built from a point of view.*

KEYWORDS: *Language. Narrative. Time. Life.*

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M.; REVEZ, F. **A análise de narrativa**. Lisboa: Gradiva, 1997.

CARR, D. Getting the story straight: narrative and historical knowledge. In: ROBERTS, G. **The history and narrative reader**. London: Routledge, 2001. p.197-208.

_____. Epistémologie et ontologie du récit. In: KEARNEY, R.; GREISCH, J. **Les Métamorphoses de la raison herméneutique**. Paris: Du Cerf, 1991. p.205-214.

_____. The self and the coherence of life. In: _____. **Time, narrative and history**. Indianapolis: Indiana University Press, 1986. p.73-99.

GADAMER, H.-G. Homem e linguagem. In: _____. **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.173-182.

LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura e a forma: reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp. In: _____. **V. I. Propp: morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.181-205.

OLIVEIRA, M. A. de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

RICOEUR, P. A tríplice mimese. In: _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. p.85-131.

_____. **Teoria da interpretação**. Lisboa: 70, 1976.

RIESSMAN, C. K. **Narrative analysis**. London: Sage, 1993.

Recebido em 05/09/2014.

Aprovado em 18/05/2015.